

Maioria já recorreu a socorro federal

SUELY CALDAS

RIO — Quase todos em situação pré-falimentar, 17 dos 27 Estados da Federação já buscaram socorro no Ministério da Fazenda para ajustar o déficit em suas contas, por meio de acordos com o governo federal, batizados de "FMI do Malan" — expressão rejeitada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Pelo acordo, esses Estados recebem verbas do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, além de novos empréstimos da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desde que se comprometam a executar

um receituário de medidas, que inclui demissão de funcionários, limitação de aumento ou congelamento da folha de salários e privatização de empresas estaduais.

No ano passado, Estados e municípios foram responsáveis pela metade do déficit do setor público, que chegou a 4,95% do Produto Interno Bruto (PIB). O objetivo do ministro Malan é reverter esse resultado e, já neste ano, obter superávit primário nas contas desses Estados.

Malan admite que não tem garantia absoluta do cumprimento dos compromissos assumidos pelos governadores. Mas, periodicamente, como faz o FMI com os paí-

ses endividados, envia missões do Tesouro aos Estados para fiscalizar a execução do acordo.

A situação financeira de todos eles é dramática. Praticamente toda a receita tributária é usada no pagamento de salários do funcionalismo e quase nada sobra para financiar a prestação de serviços públicos essenciais à população. No passado, os Estados resolviam o problema se endividando, emitindo títulos para fabricar dinheiro. Proibidos agora de usar esse recurso, ontem os representantes desses Estados se reuniram, em Brasília, para pedir ao governo que volte a permitir a bola de neve do endividamento.